

A HISTÓRIA INTELLECTUAL E POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - A DIVISÃO ECOLÓGICA INTERNACIONAL COMO UM DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES DESSA HISTÓRIA

As transformações econômicas, sociais e políticas que caracterizam o último quartel desse século em muito superam as rupturas decorrentes das crises econômicas e das duas guerras mundiais que a sociedade moderna enfrentou. Até aquele período, embora a polarização entre os dois modelos econômicos vigentes fosse a tônica da política internacional, havia a expectativa de construção social, acreditava-se que emergiria um novo projeto social que deveria vir a partir da concepção do Estado de bem-estar social, com uma política distributiva, ou por meio de revoluções sociais que dariam cabo às relações capitalistas.

A própria teoria de desenvolvimento, tal como fora apresentada no final dos anos quarenta, que se associava com os movimentos de descolonização de vários povos, os quais haviam se vinculado de forma coercitiva aos países europeu, associada à potencialidade da técnica, parecia trazer novos contornos civilizatórios.

No campo das ciências sociais já se vislumbravam em várias teorias e concepções de mundo a morte do sujeito e a autonomia das nações como prerrogativas dos novos contornos sociais que se delineavam a partir dos anos cinquenta. Quando essas mudanças ocorreram elas revolucionaram as estruturas sociais econômicas e culturais da sociedade contemporânea. Dentre as várias mudanças que marcaram o último quartel deste século, como a revolução no campo tecnológico e cultural, destacam-se os movimentos que ocorreram no campo da política e da economia a partir da década de setenta, com processos que culminaram, no final da década de oitenta, com a superação das crises internas do Capitalismo e ao mesmo tempo com seu triunfo sobre o socialismo. Com essas mudanças, dissipam-se as utopias e tende-se, no campo teórico e empírico, à valorização do Capitalismo como um modelo econômico global, inclusive supostamente distante das suas contradições internas, aparentemente consensualizado e definido como projeto imutável das sociedades mundiais.

É neste contexto que a crise ecológica transforma-se num problema político. Parte da comunidade científica internacional, sintonizada com esse projeto social que emergira após a queda do muro de Berlim, se mobiliza e, em aliança com a tecnocracia e os governos, principalmente dos países do Norte, formulou novos conceitos e modelos de desenvolvimento, com o objetivo de assegurar o crescimento econômico e a preservação ambiental, tais como o de *ecodesenvolvimento*, de *desenvolvimento endógeno*, de *outro desenvolvimento* e, finalmente, o de *Desenvolvimento Sustentável*.

Nossa tese é a de que este último é apresentado como um modelo efetivamente capaz de articular, teoricamente, as idéias de desenvolvimento e de meio ambiente, ao mesmo tempo em que, na prática, possibilita a manutenção do ritmo de crescimento econômico, dos modelos de apropriação da natureza historicamente praticados nos países capitalistas desenvolvidos, estabelecendo diferentes formas de organização do trabalho, de apropriação da natureza e de gerenciamento de recursos naturais, principalmente para os países do Sul, onde se localizam ricos sistemas ecológicos que despertam forte interesse político e econômico por parte do poder hegemônico mundial.

Em se tratando da polarização Norte Sul, o que nos chama a atenção é o fato de os aspectos ecológicos não servirem de elementos definidores de diferenças entre países, nos discursos políticos dos organismos gerenciadores da política ecológica global. Pelo contrário, para esses organismos as diferenças são desconsideradas para dar lugar à idéia de unidade, de um sistema único, uma unidade planetária em torno dos problemas ecológicos, como se todos os países fossem consumidores e/ou processadores das mesmas quantidades dos recursos naturais e por conseguinte produzissem os mesmos níveis de gases poluentes e de lixo industrial. Ou ainda como se os problemas da escassez de recursos e da poluição não tivessem vínculos com o processo de industrialização dos países do Norte, que atingiram tal estágio às expensas dos seus próprios recursos naturais, e dos recursos de outras nações bem como pela transferência de tecnologias poluidoras para os países do Sul.

A divisão geo-política e econômica do pós guerra estabeleceu a polaridade Leste-Oeste, ou, melhor dizendo, estabeleceu a disputa entre o Capitalismo e socialismo. Ao se estabelecer, também, uma bipolaridade entre Norte e Sul, separando os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, partiu-se de suposições teóricas e empíricas de que se tratavam de dois processos distintos. É como se a condição dos segundos não dependessem dos primeiros. Não se compreendia que ambos, tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento, eram as duas faces de um mesmo processo, qual seja, a expansão do Capitalismo mundial, que pela sua lógica não pode gerar a riqueza num lado sem concentrar a pobreza noutro lado.

Quando se abordam os problemas ambientais no contexto internacional, também não se leva em conta que as origens desses problemas estão na própria gênese dos sistemas econômicos mundiais, em particular, no período da modernidade, quando, efetivamente, a industrialização tornou-se força hegemônica. Neste sentido é que as políticas ambientais globais são pensadas, sem que haja referência aos custos ambientais da própria história industrial. As políticas ecológicas não põem, efetivamente, em debate o papel dos maiores consumidores de recursos energéticos e produtores de lixo e gases poluentes. A situação de produção, consumo e desperdícios nos países desenvolvidos são naturalizadas tanto no seio do movimento ecológico internacional quanto nos organismos internacionais que articulam as políticas de enfrentamento dos problemas ambientais planetários. A tendência, nesse contexto, é imprimir principalmente para os países do Sul restrições ao desenvolvimento, associadas a políticas preservacionistas de nichos ecológicos, no sentido de assegurar seus estoques de recursos que passaram, com a crise ecológica, a ser compreendidos como de fundamental importância para a humanidade.

Desconsiderado o papel central dos países desenvolvidos como geradores da crise do meio ambiente e do seu significado para a vida no planeta, se estabeleceu, o que chamamos uma Divisão Ecológica Internacional, áreas ricas em florestas, situadas principalmente em países subdesenvolvidos, às quais são atribuída a função precípua de assegurar o equilíbrio ambiental global.

Essa divisão se fortalece a partir de três aspectos: um primeiro diz respeito ao papel desempenhado pelo conhecimento científico, que, por meio da adoção de uma visão de mundo ecocêntrica, passa a valorizar categorias como *ecossistemas*, *natureza* e a própria noção de *planeta*, como se essas, teoricamente, estivessem numa condição de superioridade e exterioridade ao homem e às relações sociais, o que facilita, pela suposta neutralidade da ciência, a conferência da legitimidade e do respaldo político à eleição, por parte de organismos internacionais, de áreas ecológicas situadas principalmente em países do Sul. Essas áreas geralmente passam a ser tratadas como patrimônio da humanidade pelos supostos serviços ambientais que elas possam prestar pelo menos no campo teórico para o equilíbrio planetário.

A constituição de um corpo de especialistas em meio ambiente que dá suporte ao estabelecimento de redes temáticas entre centro de pesquisa, institutos, ONGs, produz uma fala comum que articula os interesses das áreas eleitas como os nichos ecológicos com aqueles relativos ao planeta. Esses especialistas ao mesmo tempo em que fazem seus estudos teóricos, no geral, trabalham como consultores ou peritos dos organismos internacionais, formuladores da política ambiental global. São os intelectuais do ambientalismo, também, que são chamados para desenvolver as pesquisas científicas formuladas a partir dos protocolos de interesses das áreas ecológicas, as quais geralmente não se situam nas fronteiras dos países que as propõem, e para participar de projetos interventivos como projetos de demonstração, por exemplo. O que significa que por trás de todas as teses políticas sobre o meio ambiente e das próprias relações de poder está presente a prática científica como seu suporte.

Graças à idéia de que a crise ambiental é um problema planetário, pode-se valorizar espaços e tempos diferenciados, que determinam, na prática, lógicas diversas de relação dos homens com o meio ambiente. Partindo desse pressuposto, busca-se estabelecer, teoricamente, uma convergência entre a visão economicista e a ambientalista, expressa no conceito de Desenvolvimento Sustentável. A partir de sua lógica interna, o referido modelo é proposto como um importante mecanismo capaz de responder ao paradoxo mencionado,

que é inerente ao processo dominante de produção e consumo do sistema sócio-econômico dominante.

Um segundo aspecto que fundamenta a Divisão Ecológica Internacional é a dependência dos países do Sul em relação aos países do Norte. Somente a condição de dependência de uma nação em relação a outra permite que sua identidade ou a de suas regiões seja construída fora dela, contando, inclusive, com o aval das elites políticas e científicas nacionais. Os interesses nacionais, neste caso, estão sempre em sintonia com os interesses dos países hegemônicos. Tem-se atribuído a essas áreas, ricas em florestas e, conseqüentemente, em biodiversidade, funções ecológicas no nível planetário o que permite, inclusive, que as políticas a elas dirigidas sejam moldadas a partir também dos supostos interesses globais. Mais uma vez, nessa concepção, compreende-se o planeta como um elemento da natureza para além da história humana para dar autoridade aos países desenvolvidos.

Um terceiro aspecto, e talvez o mais importante, na delimitação da Divisão Ecológica Internacional, não vem explícito no discurso dos organismos institucionais gestores da política ambiental global e não aparece nas teses dos principais ecologistas. Ele diz respeito, justamente, ao papel daqueles países que durante toda a revolução industrial transformaram-se, e mantêm o status, em maiores consumidores de recursos naturais e maiores produtores de gases poluentes e de lixo industrial. A partir desse ponto de vista e da condição de países que resolveram os principais problemas básicos dos seus cidadãos, detendo poder político para impulsionar a ordem econômica mundial, os países desenvolvidos se uniram, por meio da ONU, do Banco Mundial, e outras agências de desenvolvimento dos países desenvolvidos, para traçar o mapa da Divisão Ecológica Internacional.

Nesse mapeamento não aparecem os principais consumidores de recursos naturais não renováveis, nem os principais poluidores. O que é nítido no mapa são aquelas áreas que precisam se manter como reservas ecológicas mundiais, para dar fôlego aos processos de

exaustão ambiental em curso, fornecendo recursos naturais renováveis e não renováveis, necessários à continuidade do crescimento econômico dos países do Norte.

É sob o respaldo da ciência, da técnica e do poder político que os países do Norte têm traçado as políticas ecológicas do Sul e delimitado os nichos ecológicos mais importantes na contenção do suposto ‘esquentamento’ da Terra, que é o mais forte argumento dos países desenvolvidos a favor da preservação dos recursos ambientais das áreas ecológicas mundiais.

Para compensar os desperdícios dos recursos naturais e a poluição da biosfera, além de assegurar os estoques de biodiversidade e água doce, busca-se manter áreas de florestas tropicais nos países do Sul, que funcionariam como redutos ecológicos internacionais. Esses encaminhamentos, que se fazem a partir do estabelecimento de políticas ambientais propostas pelos organismos internacionais e governos, se expressam em ações políticas de cunho preservacionista.

A construção social dos nichos ecológicos, como a Amazônia, é um exemplo ímpar do que identificamos como Divisão Ecológica Internacional. Esta região foi reconfigurada no cenário internacional, como área ecológica de interesse planetário, de tal modo que o seu próprio domínio geo-político vem sendo posto em questão. Passou-se a considerar que a região não pode ficar sobre o domínio total da federação brasileira, sendo considerada, do ponto de vista da política internacional, como área de direito de todos.

É interessante destacar que não são todos indiscriminadamente que têm direito a determinar os processos de gestão ecológica da região. Neste caso, a própria população local e os grupos dirigentes regionais estão subordinados àquela divisão internacional do ‘trabalho ecológico’ e às concepções de interesses que as forças ecológicas internacionais têm sobre a área. Existe uma relação direta entre os direitos e o poder, devendo, portanto, ter direitos sobre a região os países que ocupam posições de dominação no plano mundial, adquiridos, inclusive, à revelia de toda uma dinâmica cultural e social da região.

Mas a Divisão Ecológica Internacional, em vez de ser encarada apenas de maneira negativa, pode ser vista, inclusive, como um desdobramento necessário da ação competente da comunidade científica internacional, que deveria, depois de avaliar a situação real dos estoques de recursos naturais renováveis e não renováveis e das condições de poluição da biosfera, e suas implicações sobre a qualidade de vida humana, propor um conjunto de ações e de medidas para o equacionamento dos problemas detectados.

Na realidade, porém, a Divisão Ecológica Internacional que observamos, partindo de um discurso preservacionista e, conseqüentemente, da garantia de um “futuro comum” que parece resultar do reconhecimento dos problemas causados pela forma de apropriação dos recursos naturais praticada desde a Revolução Industrial, no ocidente, tem apresentado como desdobramento não a proposta de mudanças nos modelos de produção e consumo dominantes - teoricamente os principais causadores da crise ambiental -, mas uma série de medidas e de atribuição de responsabilidades que contribuem para a sua manutenção. Se essa linha adotada for mantida, de acordo com Araújo Castro (*apud* Almino, 1993:77), a possibilidade de uma aplicação ampla da política ecológica dos países desenvolvidos, teoricamente concebida para assegurar o equilíbrio da terra, arrisca transformar os países do Sul nas últimas áreas de fim de semana saudias para os habitantes do planeta.

Ao nosso ver, para que possamos dar conta dos problemas relacionados à teoria e à empiria que envolvem o Desenvolvimento Sustentável é necessário que não secundarizemos a pretensão, presente no referido conceito, de funcionar como meio para superar o paradoxo que envolve a integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, sempre no âmbito do sistema capitalista de produção e consumo.

O que para muitos autores, por exemplo Descola (1997), pode ser a manifestação de *um sentimento de aguda nostalgia dos países industrializados* com relação ao modo de vida em que o equilíbrio entre o homem e a natureza era preservado, revelado nos discursos e propostas de ação interventora em áreas pan-amazônicas, para nós pode ser compreendido como uma das justificações das estratégias da construção da Divisão Ecológica

Internacional, o que remete invariavelmente para a necessidade de considerar o jogo de interesses envolvidos.

A definição dos nichos ecológicos globais, que é relativamente recente, no nosso entender, corresponde a uma Divisão Ecológica Internacional que funcionaliza essas áreas ecológicas como fator primordial para possibilitar processos globais de poupança energética e de força-tração à emissão de gases poluidores para a biosfera. Se tomarmos a Amazônia como exemplo, já é suficiente para demonstrar como uma área pode assumir papéis e significados diferenciados, de acordo com a conjuntura político-econômica global definidora de seu papel no trabalho ecológico internacional. Sua configuração em termos de grande pólo agro-industrial e de transformação das riquezas minerais, na década de sessenta e a sua constituição, nos anos 80, como a maior reserva ecológica mundial, demonstram que os determinantes da dinâmica sócio-econômica daquela região estão para além de seus limites geo-políticos.

No primeiro momento, a Amazônia serviu para abrigar fábricas com alta demanda de energia elétrica e de alto poder de poluição, como é caso das produtoras de alumínio. Neste setor, com a crise do petróleo em 1973-1979, desencadeou-se uma radical reestruturação espacial, resultando na transferência das indústrias situadas na América do Norte, Europa e Japão para os países do Sul, que possuíam amplas fontes energéticas, principalmente energia hidráulica, como é o caso do Brasil (Tarsitano Neto, 1995), em particular para áreas como a Amazônia. Naquele momento, era tênue a Divisão Ecológica Internacional. Hoje, com o estabelecimento dessa nova divisão, tende-se a adotar a prática da “*prudência ecológica*” para as áreas amazônicas, se confrontando, inclusive, com a lógica desenvolvimentista anterior.

Na verdade, as duas lógicas não se confrontam, na medida em que o movimento ecológico e os chamados gestores das políticas internacionais não questionam a presença de projetos como estes das indústrias de alumínio, situadas no coração da região amazônica, ou seja, parecem querer estabelecer a concepção da Amazônia como o maior cenário ecológico mundial, sem contudo pôr em questão os projetos e programas que, por interesses desses

mesmos grupos, destruíram grandes áreas de florestas, num passado muito recente, e consomem grandes volumes de energia, além de manter inalterada sua ação poluidora.

Há, por conseguinte, uma nova configuração da região Amazônica de acordo com a conjuntura internacional, sem que se pretenda questionar os processos econômicos precedentes. Com a Divisão Ecológica Internacional, o próprio Banco Mundial, que incentivou e financiou a implantação do Projeto Grandes Carajás, no qual se inclui a extração do minério de ferro, a instalação de fábricas, como as de alumínio, e as hidrelétricas, como a de Tucuruí, inclui em sua política uma série de restrições, do ponto de vista financeiro, à construção de empreendimentos desse porte, investindo em projetos destinados à preservação das florestas tropicais, ao mesmo tempo em que cuida de apoiar iniciativas destinadas à manutenção da atividade industrial na região, mais ligadas à lógica economicista.

A crise ambiental, posta a partir do reconhecimento público da escassez dos recursos fósseis, desencadeou, além dos conflitos, tentativas de implantação de novas políticas de partilha e de gerência desses recursos, tendo em vista as repercussões dos limites energéticos para o sistema capitalista.

É importante destacar que houve uma associação automática entre o problema da escassez de recursos energéticos e os danos provocados pela produção de dejetos e gases poluentes, que passavam, a partir da década de setenta, a ser concebidos como um problema que comprometia a vida no planeta. Segundo as informações científicas e a própria propaganda política feita pelos organismos internacionais, o aumento de gases na biosfera provoca um grave problema ambiental, ao contribuir com o esquentamento da terra. O que é paradoxal é o fato de que não foram tomadas medidas importantes para conter a poluição no âmbito daqueles países que eram os maiores produtores dos gases poluentes. As informações científicas e a mídia conduziram a opinião pública e a discussão referentes às maneiras de equacionar o problema para a visão de que a melhor estratégia para deter o ‘esquentamento’ da Terra era a preservação das florestas ainda existentes nesse mesmo planeta, haja vista sua potencialidade em termos de capacidade de absorver CO².

Mesmo sendo controversa as teorias a respeito do problema acima mencionado, tornou-se dominante a idéia de que as florestas tinham papel significativo como centro de captação de CO², podendo, se preservadas, impedir o agravamento do processo denominado de “efeito estufa”. Nesse contexto, as florestas, incluindo as pan-amazônicas, definidas como o maior celeiro da biodiversidade, passaram a ser consideradas como principais responsáveis pelo equilíbrio do ecossistema planetário.

Essas áreas que despertaram grande preocupação dos países do Norte, quanto ao sentido da sua preservação, dão sentido ao que chamamos de Divisão Ecológica Internacional.

Ao nos referimos ao processo de globalização do capital, em outro trabalho já mostrávamos como novas áreas se incorporavam ao sistema capitalista, principalmente aquelas onde há abundância de recursos naturais e que não deixam de se caracterizar como sociedades tradicionais, cujas formações sócio-econômicas se baseiam em processos de organização produtiva mediados por baixo nível tecnológico e, por conseguinte, por uma grande aproximação homem-natureza. Esse movimento, de certo modo, questiona as próprias teses da sociologia clássica, que supunha a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas como um processo inerente à história das sociedades humanas.

Queremos, aqui, ponderar em que medida isso se relaciona com a Divisão Ecológica Internacional. A própria proposta relativa às estratégias de desenvolvimento dirigidas para a valorização do local como espaço do autodesenvolvimento e da auto-ajuda, está vinculada ao declínio do discurso dos países industrializados. Sabe-se que estes países sempre dependeram uma ação efetiva de “ajuda” aos países do Sul, com o suposto objetivo de combater sua pobreza e miséria. O novo discurso, articulado com base na idéia de sustentabilidade, pode ser compreendido como uma proposta de redefinição da forma a considerar a questão do desenvolvimento a partir de uma ordenação geo-econômico-política que estabelece áreas nas quais o desenvolvimento deve continuar sua marcha e outras que devem permanecer como tais - inclusive abandonando a proposta de superação do tradicional pela modernização em todas as suas manifestações -, para servir ao suposto

equilíbrio planetário, e, ao nosso ver, principalmente, à manutenção do próprio sistema econômico dominante.

O movimento no sentido de consolidar as diferenças históricas entre os povos não é definido numa perspectiva do reconhecimento do valor de cada ambiente, de cada cultura ou de cada sócio-ecossistema, como quer Edgard Morin, mas como uma diferença que deverá existir para o ‘outro’. Embora se acene com a possibilidade de ter garantida com essa redefinição geo-espacial a preservação de todos os importantes nichos ecológicos mundiais, tendo conservadas suas populações, o meio ambiente e também sua cultura e história, a idéia de valorização do local é proposta na perspectiva de sua globalidade, na medida em que se baseia no fato de que ele precisa ser funcional para contribuir, explicitamente, com o equilíbrio do ecossistema planetário, e, implicitamente, com os processos de manutenção das formas de apropriação e transformação de recursos naturais vigentes nos países desenvolvidos industrializados.

É desse modo que se estabelece a idéia de valorização do local, que é baseada na Divisão Ecológica Internacional, como uma força que determina a confluência entre as áreas destinadas a reproduzir modos tradicionais de produção, que implicam a manutenção de formas de apropriação e processamento dos recursos naturais “limpos”, e aquelas possuidoras de dinâmicas produtivas modernas. É essa confluência que vai garantir, de acordo com os teóricos do Desenvolvimento Sustentável, a junção entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Na Divisão Ecológica Internacional, podem ser identificadas áreas específicas que foram consideradas, pelos organismos internacionais, como principais fornecedoras dos chamados serviços ecológicos imprescindíveis, relacionados com funções tais como as de acervo de água doce, de reserva de biodiversidade, de seqüestro de gás carbônico, além de estoque de reposição de recursos minerais, sem considerar as grandes cidades nelas situadas.

No nosso entender o Modelo de Desenvolvimento Sustentável tal como fora apresentado no Relatório Brundtland, embora se apresente como uma *Proposta Civilizatória ou Normativa*,

configura-se como um Projeto de Política Ambiental delimitado, particularmente, para os principais nichos ecológicos do planeta, longe portanto de ser um plano para todos, como o conceito sugere. Compreendê-lo como um *Projeto para Humanidade*, no sentido ontológico do termo, em que o conceito de humanidade deve guardar a noção de uma associação de todos os homens, significa desconsiderar as raízes conceituais contidas nas principais teorias ambientalistas, em particular, nas teorias do Desenvolvimento Sustentável que escamoteiam os conflitos de interesses entre os diversos grupos sociais e entre as nações. Não basta apenas dizer que está se propondo uma *unidade mundial* em torno das questões ambientais se forças centrípetas atuam cada vez mais estabelecendo um processo disjuntivo entre os homens por meio de processos políticos, sócio-econômicos e culturais quase intransponíveis. Essas contradições que se originam no campo da política passam também, e são justificadas, a partir de um arcabouço teórico-metodológico como analisado neste trabalho. Nossa preocupação é demonstrar como há toda uma conduta epistemológica baseada em categorias que interagem concepções locais com concepções globais, por meio de visões holísticas ou sistêmicas de mundo, que, por sua vez, se distanciam das análises das estruturas sociais, das contradições internas aos processos. Elas orientam inclusive os debates oficiais e suas principais produções sobre a crise ecológica e as políticas que devem se contrapor a essa crise.

A Agenda 21 Global expressando as diretrizes para uma associação mundial em prol do Desenvolvimento Sustentável traz as opções epistemológicas e políticas desse projeto, considerado *projeto civilizador*. Entretanto, se levarmos em conta os contornos metodológicos e o conteúdo das ações de desenvolvimento sustentável, vamos perceber que seu principal papel é conduzi-lo como um *programa de políticas de gerenciamento ambiental* para ser aplicado nas áreas periféricas dos países do Sul, em particular em áreas ecológicas estratégicas, situadas nessas regiões.¹

¹ Esses motes a seguir, como foram chamados por Mendes (2000), denotam muito bem como os países ricos, principalmente em se tratando de áreas ecológicas como a Amazônia, desconsideram o direito de suas nações sobre seus territórios, e suplantam aquilo que eles tanto defendem para si: o respeito às suas fronteiras e o combate a qualquer tipo de ingerência política sobre assuntos internos. Somente a arrogância dos países ricos, que supõem deter o poder sobre outros países, como o Brasil, pode fazer tais formulações: Ao contrário

Os princípios do novo liberalismo foram capazes de interferir em campos das ações humanas que até então haviam guardado coerência orientada por uma ética humanista, como no campo do conhecimento científico e da ação política. Hoje é o mercado regulador da própria ciência e conseqüentemente de todas as ações humanas. E isso tem se naturalizado, tornando-se num grande consenso societário. Princípios como estes orientam toda a nossa política ambiental.²

Encontrar nas ações práticas do Desenvolvimento Sustentável e particularmente na sua própria teoria as estratégias efetivas desse tipo de política ambiental nos tem motivado a sistematizar nosso pensamento por meio do que chamamos de *Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável*, fruto da nossa tese de doutorado.

A distribuição espacial dos projetos ambientais implementados por meio do financiamento internacional corresponde ao mapeamento dessas áreas definidas como de importância fundamental para a preservação do ecossistema planetário, que se constituem em objeto de uma política ambiental global intensiva, como podemos ver no caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – PPG7, que se derivou dos interesses dos países que compõem o Grupo dos Sete em preservar as florestas. Essas áreas consideradas como as

do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles mas de todos nós (Al Gore, Senador e hoje vice-presidente dos Estados Unidos, 1989).

O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia (François Mitterrand, Presidente da França, 1989). A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo (Parlamento italiano, 1989). O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes (Mikhail Gorbachev, Presidente da então União Soviética, 1992). A Amazônia é um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países (amazônicos) é meramente circunstancial (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, Genebra, 1992). (Mendes, 2000:2)

² Com a hegemonia dos mercados e exclusividade das propriedades privadas têm se reduzido muito os espaços para projetos coletivos, a não ser aqueles que beneficiem os próprios mercados. É bem verdade que há uma corrente dentro das ciências sociais, em particular aquelas que adotam a pesquisa-ação como metodologia dizendo que Organizações Não Governamentais funcionam como os principais espaços de governabilidade e de socialização dos interesses coletivos. Esse tipo de organização tem sido usado como exemplar na reprodução e execução das políticas ambientais, além do que tem cumprido eficiente papel legitimador daquelas teses que secundarizam o papel do Estado Nacional e aceitam com tranquilidade as ações políticas que derivam das organizações internacionais sem questionar as relações de poder e de interesse das comunidades locais, onde as ONGs atuam geralmente. Cabe, portanto, neste caso, reivindicar, no campo científico, arcabouços teóricos metodológicos que tenham utilidade para nos ajudar a compreender e explicar a crise ecológica e o Desenvolvimento Sustentável como modelo proposto para superar a referida crise, tendo como referência a ordem mundial cuja base central é o novo liberalismo.

principais regiões ecológicas, segundo algumas correntes do pensamento científico e político, prestam grandes serviços ambientais ao planeta.

Uma proposta coerente para a superação da crise ambiental planetária deveria partir do reconhecimento da necessidade de modificar os estilos de produção, de consumo e, por conseguinte, dos modos de apropriação da natureza. O desdobramento disso seria um conjunto de medidas voltadas não somente para as áreas definidas como de significativo valor ecológico, mas também, e talvez com mais intensidade, um conjunto de ações destinadas a garantir a sustentabilidade, direcionadas às áreas onde são adotados modelos de produção e de consumo, e das formas de apropriação e processamento dos recursos a eles implícitos, que mais contribuem, tanto em termos de exaustão dos estoques, quanto em termos de atividade poluidora, para comprometer o ecossistema mundial.

Todavia, observamos que, na prática, não é para os países do Norte, que podem ser caracterizados como altamente produtores de gás carbônico, como consumidores de altos montantes de recursos naturais, como os maiores produtores de dejetos do planeta, que se dirige mais enfaticamente o discurso da sustentabilidade. É justamente para os que menos poluem, os que menos consomem os estoques de recursos naturais, os que produzem menores montantes de lixo que vão se dirigir as atenções de toda uma reflexão a respeito do enfrentamento da crise ambiental planetária, a partir da proposição do discurso do Desenvolvimento Sustentável, que, como tal, articula um conjunto de símbolos, visões de mundo e práticas sociais por estas mediadas, e que passamos agora a considerar.

O Relatório Brundtland, cujo principal objetivo era encontrar respostas científicas e políticas mais acabadas sobre o desenvolvimento, incorporando a dimensão do meio ambiente, foi que deu uma forma ao conceito de desenvolvimento que iria ter vigência mundial a partir de 1992. As tentativas que vinham sendo feitas para recolocar no cenário internacional um novo conceito de desenvolvimento, desde 1972, resultaram nas formulações denominadas de *outro desenvolvimento*, *desenvolvimento endógeno* e *ecodesenvolvimento*. Esses conceitos, por imprecisões conceituais e indefinições ideológicas, ainda não atendiam completamente as expectativas políticas dos denominados

gestores internacionais e das suas Instituições, para melhor disciplinar o uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis particularmente, e controlar os resíduos decorrentes do processo de produção e consumo da atualidade. Aqueles conceitos se ressentiam da falta de um alinhamento mais claro em torno da possibilidade de juntar meio ambiente e crescimento econômico, de forma a não questionar a continuidade do sistema.

O conceito de ecodesenvolvimento, por exemplo, que já articulava meio ambiente e desenvolvimento, terminou não sendo bem absorvido pelos organismos internacionais envolvidos com a política ambiental. Esse conceito, no nosso entender, não atendia totalmente aos interesses da própria lógica da globalização, tendo em vista que sua proposta de certo modo privilegiava áreas rurais dos países do Sul (falando-se naquele momento menos em ecossistemas), supondo, inclusive, a possibilidade de um desenvolvimento que deveria ser impulsionado a partir dos próprios países do terceiro mundo, que não teriam como meta atingir os níveis de desenvolvimento dos países do Norte.³

A proposta do *ecodesenvolvimento*, bastante legitimada na Conferência de 72, em Estocolmo, entrou num significativo descenso em 1992, na Conferência do Rio de Janeiro, quando a chamada Cúpula da Terra tornou hegemônico o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, formulado pelo Relatório Brundtland, em 1987. Neste momento, em que se estabelecia uma nova perspectiva de *desenvolvimento*, inclusive a partir do uso de um discurso que propunha um novo modelo de civilização, os mecanismos de consensualização internacional foram novamente acionados. A própria nomeação, pela ONU, da comissão que prepararia o relatório mencionado e a promoção de Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento são sinais de uma estratégia que se definia em nível global, no sentido da construção internacional da plausibilidade do modelo do Desenvolvimento Sustentável.⁴

³ De uma certa maneira, já se acenava naquele momento para uma visão, que apareceria mais explicitamente na argumentação referente ao modelo do Desenvolvimento Sustentável, que propõe uma "valorização" do local, significando, na prática, a funcionalização desses espaços com a lógica global de reprodução do capital.

⁴ Foi assim também, em 1948, quando a política de "ajuda" oferecida pelos países capitalistas centrais como estratégia de promoção do desenvolvimento econômico dos países do terceiro mundo, respondendo às

O CONSENSO DA POLÍTICA AMBIENTAL GLOBAL EXPRESSO NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 GLOBAL

A emergência da crise ambiental e todos os problemas anunciados mundialmente não se devem apenas à necessidade de manutenção da ordem econômica vigente. Há, efetivamente, questões de ordem ecológica na sociedade moderna que a ciência, bem antes dos anúncios catastróficos, já vinha anunciando.

Por outro lado, essa proposta de Desenvolvimento Sustentável é, na verdade, um discurso sobre o mundo, sobre a organização da produção e do consumo, e, portanto, sobre a organização das relações sociais. Como tal, articula uma série de metáforas, de significados, que incluem modelos de práticas construídos e distribuídos diferencialmente.

Uma abordagem sociológica deve, portanto, partir dos dados mais explícitos a fim de sentir-se competente para elaborar um discurso que esteja voltado para aqueles pontos obscuros que funcionam como justificadores de determinadas práticas políticas, inclusive aquelas respaldadas pelo incipiente discurso científico, articulado em teses acadêmicas, em projetos e relatórios de pesquisa de institutos especializados, que contribuem, no plano internacional, para a manutenção das diferenças e desigualdades entre povos e nações.

Zizek (1996), faz uma defesa da necessidade de usar o conceito de ideologia, inclusive, para compreender os problemas ambientais. Com base no pensamento de Jameson, Zizek demonstra que, hoje, ninguém considera mais possíveis as alternativas ao Capitalismo, enquanto a humanidade é envolvida com o “colapso da natureza”, e pelo medo da eliminação de toda a vida terrestre, como se fosse mais fácil pensar a destruição da terra no planeta do que uma mudança no processo de produção, “como se o Capitalismo liberal

necessidades de expansão do sistema capitalista mundial, era assumida, também, como sendo um novo projeto de sociedade, inclusive pelo seu caráter normativo.

fosse o “real” que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global”.

Concordamos com Zizek (1996) sobre a idéia de que é a ideologia, neste caso, a principal matriz de mediação das mudanças de ótica sobre essa realidade, preocupando-nos com a reflexão sobre a lógica que orienta o debate ecológico no sentido de assegurar privilégios e manter as desigualdades sociais.

A crise ambiental planetária tem sido definida, principalmente, por meio das mudanças climáticas, como o aumento da temperatura da terra em decorrência do efeito-estufa. Além destes outros aspectos são considerados significativos no que tange ao comprometimento das condições de vida sobre o planeta, tais como: as devastações das florestas tropicais, a redução da biodiversidade, as exaustões e contaminações dos solos, as extinções de animais silvestres, as contaminações das águas doces e a poluição dos mares. Ao lado desta extensa realidade, ainda são considerados problemas decorrentes o aumento da população e da urbanização e do uso de energias com base em recursos não renováveis.

A expressão mundial dessa crise, além de transformá-la num dos principais problemas ecológicos, compreendidos inclusive como *problemas ambientais mundiais*, como o faz a Agenda 21, deu condições para que fosse formulado, no campo das relações internacionais, um projeto político-ecológico a partir de acordos entre países desenvolvidos e suas principais instâncias de políticas internacionais, como a ONU principalmente, cuja finalidade seria resolver a crise ambiental a partir da mobilização e do consenso de todas as nações.

Essa proposta de mobilização internacional pode ser encontrada em vários autores que estudam o tema da crise ecológica. Daly e Cobb Jr. (1993) propõem a formação das comunidades das nações para tratar das questões ambientais. A compreensão dos referidos autores é a de que questões como as mudanças de clima, causadas pela emissão de gases na biosfera, o buraco na camada de ozônio, a chuva ácida, a extinção das espécies e o uso dos oceanos, não podem ser manejadas no plano local ou nacional. Segundo eles,

As nações devem dar à comunidade de comunidades humanas um poder suficiente para fazer frente às tarefas imensamente difíceis da mitigação dos horrores que se aproximam. De igual modo, deverá se fortalecer o Tribunal Mundial para que nações, tais como os Estados Unidos, não sejam omissas nas suas responsabilidades. (Daly e Cobb Jr., 1993:165)

Baseados em discursos dessa natureza, elaborados pelos ecologistas, os países desenvolvidos buscaram estabelecer estratégias políticas de modo que fossem capazes de:

- unificar, globalmente, um discurso sobre os problemas e as soluções para a crise ecológica, envolvendo ao mesmo tempo os países do Norte e os Países do Sul, defendendo a idéia de que, em se tratando dos problemas ecológicos, haveria de se construir uma unidade acima das diferenças que historicamente marcaram as nações dos dois blocos;
- estabelecer acordos institucionais de caráter global de modo que todos os países, tanto aqueles situados no Norte quanto aqueles situados no Sul, se sentissem igualmente responsáveis pelo destino do Planeta, mesmo que os maiores danos ambientais não sejam produzidos igualmente por todas as nações;
- consolidar a Divisão Ecológica Internacional, cujo princípio era delimitar funções ecológicas para regiões ricas em recursos naturais, como as florestas tropicais e seu estoque de biodiversidade, minimizando, ao mesmo tempo, com essa delimitação, as responsabilidades das grandes áreas industriais, principais consumidoras de recursos naturais e produtoras de dejetos, portanto maiores causadoras dos problemas ambientais mundiais.

As principais políticas ambientais globais foram desencadeadas a partir das denominadas políticas diplomáticas, por meio de acordos, tratados e conferências, os quais sempre precediam a um diagnóstico, feito geralmente pelos principais expoentes vinculados à academia e à política que os legitimavam. Os resultados desses diagnósticos são

normalmente apresentados mundialmente, bem como são disseminadas suas supostas diretrizes e proposições para ações práticas corretivas.

O Relatório Brundtland, como a Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada, em 1992, no Rio de Janeiro, se constituíram um marco importante, no campo da política de consensualização das políticas ambientais mundiais com vistas à continuidade do crescimento econômico. Esse processo já havia sido desencadeado, desde 1971, nas reuniões preparatórias da Conferência de Estocolmo, patrocinada pela Organização das Nações Unidas, no ano seguinte.

Consta das primeiras páginas do Relatório Brundtland, um *Programa Global para a Mudança*, o qual deveria direcionar um novo modelo de desenvolvimento econômico. Ele haveria de contemplar os ritmos naturais dos ecossistemas, passaria a ser conceituado como *Desenvolvimento Sustentável*, definido nos seguintes termos:

“O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias” (Nosso Futuro Comum, Madrid, 1988:67).

Esse modelo de desenvolvimento, agora, diferentemente da política de desenvolvimento implementada a partir do pós-guerra, haveria de constituir *uma associação mundial em torno de si*. No momento anterior, os países desenvolvidos não se esquivavam em se reconhecerem como impulsionadores de uma suposta nova ordem social, na qual a pobreza e a miséria dos países subdesenvolvidos seriam superadas a partir da aceitação do discurso do desenvolvimento social e econômico. Nesse momento, a idéia central é de que, estando em risco a própria vida no planeta como decorrência do desequilíbrio ecológico, haveria de se constituir uma associação de todos os povos (Nações) para evitar o comprometimento da vida na terra.

Na verdade, foi por meio de quase centenas de conferências mundiais e nacionais e diversos relatórios que os organismos internacionais e os governos dos países desenvolvidos procuraram a adesão de todas as nações à leitura daqueles que esses países e instituições entenderam como os principais problemas ambientais e as medidas por eles adotadas para que houvesse um processo de continuidade do desenvolvimento econômico, sem comprometer o que se estabeleceu como “equilíbrio planetário”.

Intitulado *Nosso Futuro Comum*, o principal documento encomendado pela Nações Unidas para diagnosticar e orientar as ações mundiais no que dizia respeito à garantia da continuação do ritmo de crescimento econômico dos países desenvolvidos capitalistas no período posterior à queda do muro de Berlim, tornou-se a peça principal do discurso de consensualização em torno do desenvolvimento econômico e da proteção do meio ambiente.

Essa consensualização se constrói a partir de um lastro teórico abstrato, cuja finalidade é tornar plausível o discurso político sobre o uso e apropriação dos recursos naturais, principalmente dos recursos energéticos e da biodiversidade. A idéia central que subjaz a esse discurso passa pela noção de que economia e ecologia são cada vez mais interligadas em escala local, regional, nacional e mundial, compondo uma malha complicada de causas e efeitos, conforme pensamento expresso no referido relatório.

A proeminência do Relatório Brundtland como um Projeto Eco-político Mundial sobre os demais tratados ecológicos apresentados durante as três últimas décadas do século XX deriva-se da capacidade que o grupo dos responsáveis pela sua elaboração teve de formular um documento-síntese, que ao mesmo tempo tem características de projeto científico e de projeto político, referido aos problemas ambientais planetários.

A análise das causas dos problemas ecológicos mostrou que a não tomada de providências urgentes para resolvê-los acarretaria para a humanidade graves perturbações. Esse diagnóstico, aliado à formulação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, deu ao relatório um caráter de cientificidade que poucos documentos públicos internacionais

alcançaram. Isso repercutiu diretamente nas diretrizes técnicas e políticas propositivas de uma ação econômico-ecológica global a ser seguida por todas as nações do planeta.

Esse suposto caráter científico que o Relatório Brundtland apresenta, lhe permite se distanciar da vinculação com qualquer estrutura de poder político e econômico. Tal fato contribui para a legitimação de seu apelo a todos os indivíduos, às nações, aos governos, aos intelectuais, às empresas privadas, no sentido de se mobilizarem para superar a crise ecológica mundial, por meio da aceitação da proposta de construção de novos caminhos capazes de mudar o rumo do desenvolvimento, apresentada no referido relatório.

Essa proposta se materializou principalmente no resultado teórico do Relatório. A formulação do conceito de Desenvolvimento Sustentável se transformou, de acordo com a propaganda que foi feita, na proposta mais avançada para o enfrentamento da crise ecológica mundial, dando origem a inúmeros trabalhos de refinamento e de acréscimo no campo teórico, e a muitas experiências práticas de utilização do conceito, que não deixam de fazer aflorar as fragilidades do novo modelo.

Essas fragilidades, ao nosso ver, são causadas pelos problemas identificados no processo da formulação original do conceito de Desenvolvimento sustentável, por uma comissão constituída para dar conta de dois pólos importantes ligados à crise ecológica planetária: a preservação ambiental e o crescimento econômico.⁵ Embora o conceito de Desenvolvimento Sustentável parecesse ser um dos pontos centrais do relatório, sobre o qual se esperava que fossem apresentadas propostas de operacionalização capazes de funcionar como um guia o mais claro possível para as políticas a serem adotadas pelos diversos governos, o que se encontra é um texto singularmente carente de conteúdo.

⁵ Na compreensão da comissão, é possível pensar os problemas sócio-econômicos e ambientais fora das relações de poder e da dinâmica das estruturas sociais. A parcialidade e as posições de poder já estavam presentes na própria constituição da Comissão Mundial sobre Meio ambiente formada em 1983, pelas Nações Unidas, muito embora estivesse dito que se tratava de uma comissão independente que supostamente também haveria de produzir um documento, também independente, que se denominou de Relatório Brundtland ou o Nosso Futuro Comum.

Com base em análises propostas por Rist (1997), salientamos alguns aspectos do documento que são passíveis de crítica.

- no texto há uma pressuposição implícita da existência de um sujeito coletivo (a humanidade) dotado de reflexão e de vontade⁶, que não pode, todavia, ser claramente definido. Como colocado, o Desenvolvimento Sustentável depende de todos, o que pode significar que não depende de ninguém;
- o relatório também defende que é preciso atender às necessidades presentes sem prejudicar o atendimento das necessidades das gerações futuras. A questão que se coloca é aquela de saber como as necessidades serão identificadas e quem estabelece critérios que as definam como “básicas”, ou como “supérfluas”. Outra dificuldade é aquela ligada à impossibilidade concreta de definir as necessidades correntes da humanidade, e muito mais daquelas das gerações futuras;⁷
- a “atividade humana”, que, obviamente, tem efeitos sobre a biosfera, é citada, mas os prejuízos decorrentes do modelo industrial – que são mostrados como sendo o principal problema na maior seção do relatório – não recebem nenhuma menção neste ponto, como se a presença humana na terra não fosse condicionada pelos modos de produção adotados. A postura epistemológica da Comissão procurou naturalizar as contradições e conflitos, atribuindo uma igualdade metafísica entre os homens e entre os homens e a natureza, contrastando com as relações sociais que os colocam em lugares determinados e terminam por reafirmá-los como socialmente diferentes a partir das formas de apropriação dos recursos da natureza. Isso é feito a partir de algumas sutilezas teóricas, como o uso de conceitos abstratos, por exemplo o conceito de *humanidade*, que substancia, por meio da noção de interesse comum dos povos, aqueles dos países desenvolvidos, haja vista que são eles os principais agentes dos desequilíbrios

⁶ Por exemplo: "está nas mãos da humanidade fazer com que o desenvolvimento seja sustentável" (*Nuestro Futuro Común*, 1987:29, tradução livre).

⁷ A própria idéia de "necessidades presentes" é difícil de precisar, já que elas variam de acordo com a região, com a classe social, só para mencionar algumas das possíveis variáveis influenciadoras neste ponto.

ambientais, quer seja pelo uso crescente dos recursos naturais, quer seja pela sua capacidade poluidora. Estes são, por conseguinte, os mais interessados na manutenção dos modelos e ritmos de desenvolvimento, que têm como efeito os altos níveis de concentração de renda e de capital no nível mundial;

- na visão da Comissão, “a pobreza não é mais inevitável”. Uma abordagem mais interessante seria uma que considerasse os mecanismos pelas quais a pobreza tem sido socialmente e internacionalmente construída nas últimas décadas. Sem dúvida, isto levaria a denunciar os mecanismos de exclusão praticados pelo crescimento econômico. A própria discussão sobre a noção de pobreza que a Comissão estabelece está descontextualizada da história das sociedades humanas. Esta não se apresenta, no Relatório, como um processo socialmente construído. Os autores do referido documento não se indagam sobre os elementos sociais, políticos e econômicos que determinam a pobreza e os problemas ecológicos que os pobres enfrentam. Se assim fizessem, a Comissão Mundial para o Meio ambiente e Desenvolvimento estaria denunciando o processo de exclusão que caracteriza a lógica do sistema capitalista desde a sua origem e ao mesmo tempo demonstraria que não é a pobreza que gera seus ambientes insalubres. A insalubridade que marca os *habitats* dos pobres e a própria pobreza são resultantes de um mesmo processo, qual seja a forma de produção e distribuição dos recursos naturais ou artificializados entre os homens;
- “A Pobreza é um mal em si mesmo”. Em um quadro de referência baseado em uma dicotomia moral, o desenvolvimento é visto como um bem nele mesmo. Outras leituras têm conduzido a conclusões diametralmente opostas, segundo as quais, do ponto de vista da proteção do meio ambiente, o desenvolvimento é que é um mal nele mesmo.

Outra objeção importante em relação aos resultados do Relatório é aquela referente ao valor de denunciar o fato de que “a economia e a ecologia podem interagir de maneira destrutiva e irem para o desastre”, se ao mesmo tempo é reafirmado que “o que é preciso agora é uma nova era de crescimento econômico - crescimento que seja vigoroso e ao mesmo tempo

socialmente e ambientalmente sustentável”. Mesmo considerando a justeza dessa aspiração, o problema é que o Relatório não diz muito a respeito de ‘como’ atingi-la.⁸

Ainda outra fragilidade do Relatório em sua tarefa de propor uma contribuição para a construção de modelos de desenvolvimento sustentável é que há uma confusão implícita entre a perspectiva referente aos recursos naturais não-renováveis e os recursos naturais renováveis, o que conduz a que dinâmicas de sociedades com diversos níveis de industrialização e com diversas bases econômicas sejam consideradas como equivalentes. Ao ignorar essa diferença básica dos potenciais e estilo de crescimento nas duas situações, o Relatório Brundtland falha ao colocar com clareza a problemática da “sustentabilidade”.⁹

Em vistas do apresentado, pode-se pôr em questão a propagada independência da Comissão. Dado que um dos pontos centrais da discussão do Relatório Brundtland era a questão do modo de vida dos ricos, tanto no Norte quanto no Sul, e embora seja dito que “escolhas dolorosas precisariam ser feitas”, a Comissão não propõe que os países industriais façam mudanças básicas em seus modelos de consumo. Pelo contrário, as propostas de aplicação de modelos de Desenvolvimento Sustentável consistem em garantir que, em áreas estratégicas de países do Sul, definidas como fundamentais para o “equilíbrio do planeta”, sejam mantidas as formas “atrasadas” e “tradicionalistas” de produção, em outros tempo consideradas obstáculos ao desenvolvimento e, portanto, à erradicação da pobreza.¹⁰

⁸ Conforme Rist (1997), “As sugestões são limitadas a uma série de esperanças (por exemplo, de uma maior assistência internacional para projetos de preservação do Meio Ambiente, ou mais recursos para organizações que tratam com problemas ecológicos), ou a apelos solenes por um gerenciamento mais eficiente dos recursos disponíveis. Apesar de suas afirmações de que os problemas precisam ser atacados em sua raiz, a Comissão faz pouco mais do que distribuir recomendações para todos: agências internacionais, governos, ONGs e indivíduos. Todos seus membros estão indubitavelmente preocupados com os problemas, e eles repetem que algo precisa ser feito, mas o que eles sugerem são medidas mais paliativas (reciclagem e racionalização) do que mudanças radicais”. (Rist, 1997:186)

⁹ Nas sociedades cuja base econômica é industrial, o desenvolvimento torna possível aumentar a produção pelo uso das reservas num ritmo que não depende do tempo necessário para sua reposição, mas do estado de desenvolvimento tecnológico. Naquelas onde a economia é baseada, principalmente, nas florestas, nas plantas e nos animais, as coisas são completamente diferentes. Para estas, a produção somente é incrementada se for respeitado o ritmo de sua recuperação, havendo pouca ou nenhuma possibilidade de armazenamento.

¹⁰ Como bem colocou Rist (1997): “A principal contradição do Relatório de Brundtland, portanto, é que a política de crescimento proposta como uma forma de reduzir a pobreza e estabilizar o ecossistema

Ao optar por fazer uma crítica aos modelos de desenvolvimento vigente, desconsiderando os seus determinantes sócio-político-econômicos – o que vai se refletir no modelo de Desenvolvimento Sustentável que ela sugere – a tarefa da Comissão Brundtland de redefinir a relação entre meio ambiente e “desenvolvimento”

difícilmente difere da política que historicamente abriu o hiato entre ricos e pobres e que colocou o meio ambiente em perigo (por causa dos diferentes ritmos de crescimento que podem ser atingidos, dependendo do uso de recursos renováveis ou não renováveis)”. (Rist, 1997:186)

e propor “um programa global de mudança” ficou comprometida.

Para a produção de uma análise mais conseqüente, pelo menos três pontos de partida deveriam ser adotados. O primeiro deles, a compreensão das formas pelas quais as pessoas e as sociedades realmente se relacionam com seu meio ambiente; o segundo, a adoção de uma visão desafiadora dos modelos simplistas, que a ideologia dominante apresenta como as únicas maneiras de interpretar o fenômeno econômico; e o terceiro, a localização histórico-cultural do conceito de crescimento, o que conduz ao reconhecimento do seu caráter ocidental e dos mecanismos de enriquecimento e de exclusão que o mesmo historicamente envolveu. Tendo falhado em considerar esses três pontos básicos, o Relatório Brundtland poderia somente registrar os desequilíbrios que ameaçam a sobrevivência humana, mas não contribuir para uma solução genuína.

Essa opção ecocêntrica do conceito e do modelo de Desenvolvimento Sustentável, em detrimento de uma visão mais sociológica da questão do desenvolvimento e da crise ecológica, revela uma prática social, embutida na formulação teórica, que tem como desdobramento a utilização de categorias analíticas que comprometem, inclusive, a própria aplicabilidade das propostas de organização das novas estratégias de desenvolvimento. O caráter planetário da crise, o apelo ao nosso “futuro comum”, todas essas metáforas de inclusão de todos no mesmo barco se constroem de forma a diluir as diferenças entre nações, povos, classes e grupos étnicos, operando com uma idéia de totalidade onde não há lugar para uma reflexão a respeito das contradições e dos conflitos de interesses envolvidos. Como conseqüências básicas dessa orientação dos formuladores do conceito e dos modelos de Desenvolvimento Sustentável, podemos citar:

- a legitimação da prática dos países hegemônicos no sentido de construir políticas ambientais referentes a espaços geográficos para além de suas fronteiras, já que os “interesses do planeta” dependem de uma ação em áreas escolhidas como alvos da intervenção;

- a definição de instituições supranacionais vinculadas aos países do Capitalismo central como gerenciadoras da política ambiental global, tais como a ONU, o Grupo dos 7, o Banco Mundial e a NASA. Da ação conjunta dessas instituições emergiram os principais diagnósticos mundiais e os contornos da política ambiental para os países do Sul. A Conferência do Rio e a formulação da Agenda 21 Global são exemplos da sua potencialidade de mobilização internacional;
- a execução de políticas interventivas, traduzidas em projetos realizados em pequenas comunidades, cuja formulação contempla, prioritariamente, os interesses dos financiadores internacionais, e, como veremos a seguir, a garantia da manutenção dos ritmos de crescimento dos países desenvolvidos.

Os aspectos problemáticos do conceito de Desenvolvimento Sustentável acima apresentados justificam o questionamento a respeito do porquê de sua tão ampla aceitação, no Brasil e fora dele, demonstrada tanto em termos do volume de literatura que tem originado, quanto pelo número de grupos de estudos, inclusão em programas de pós-graduação como linha de pesquisa e, finalmente, pelo privilegiamento, por parte dos financiadores, de projetos que o tenham como objeto. De acordo com Sachs (1992) e Rist(1997), é graças ao caráter ambíguo de sua formulação que o conceito de Desenvolvimento Sustentável tem conseguido mobilizar um público de tamanha envergadura.

A ambigüidade do conceito de Desenvolvimento Sustentável tem originado pelo menos duas interpretações principais, sendo essa sua abertura enquanto significante, além das condições sociais e políticas que atravessamos, um dos fatores mais responsáveis pelo seu sucesso. Os ecologistas o entendem como uma proposta de limitação do desenvolvimento ao ritmo que o ecossistema pode suportar, o que pode, por conseguinte, garantir sua manutenção a longo prazo. De acordo com essa compreensão, o modelo de Desenvolvimento Sustentável implica o reconhecimento de que a capacidade de reprodução dos recursos determina o volume da produção, e de que a “sustentabilidade” significa que o processo pode ser mantido unicamente sob certas condições dadas, tanto em referência aos

padrões de produção e consumo das sociedades humanas, quanto no que diz respeito ao ritmo de reposição dos recursos naturais renováveis e do ritmo de exploração dos não-renováveis.

A outra interpretação que prevalece é a dos defensores do desenvolvimentismo, que entendem o Desenvolvimento Sustentável como uma estratégia para manter o “desenvolvimento”, isto é, o ritmo do crescimento econômico. De acordo com essa visão, o “desenvolvimento” é universal e inexorável, devendo ser prolongado tanto quanto for possível. Em outras palavras, já que o “desenvolvimento” é visto como naturalmente positivo, deve-se evitar que ele seja asfixiado. O Desenvolvimento Sustentável, então, significa que o “desenvolvimento deve avançar num ritmo o mais “sustentável” possível até que ele se torne irreversível.

De acordo com os defensores do Desenvolvimento Sustentável como uma estratégia para garantir um alargamento da sobrevivência do modelo de crescimento econômico iniciado com a Revolução Industrial, o problema com os países do sul é que eles estariam realizando um “desenvolvimento não-sustentável”, marcado por avanços e recuos desenvolvimentistas, constantemente determinados ao sabor da implementação de políticas de crescimento efêmeras. Para os partidários dessa interpretação, então, a “sustentabilidade” é entendida no sentido trivial de “durabilidade”: não é a sobrevivência do ecossistema que coloca os limites para o “desenvolvimento, mas o “desenvolvimento” que determina a sobrevivência das sociedades. Como o “desenvolvimento” é ao mesmo tempo uma necessidade e uma oportunidade, a conclusão parece óbvia - que seja tão longo quanto possa durar!

Essas duas interpretações são tanto legítimas quanto contraditórias, já que dois significados antinômicos correspondem ao mesmo significante. A interpretação dos ecologistas, aparentemente superior em termos de ética, já que defende o respeito à natureza, a preservação da “saúde do planeta”, mascara, na verdade, uma posição tão conservadora quanto a dos capitalistas “sem coração”, prontos a defender seus interesses imediatos contra qualquer coisa, já que sua abordagem freqüentemente opera com a secundarização das variáveis referentes às relações humanas, e seus efeitos sobre as formas de apropriação da

natureza, preocupando-se em garantir o equilíbrio do ecossistema, em detrimento da consideração dos efeitos das ações interventivas com vistas à produção da sustentabilidade ecológica sobre a vida dos indivíduos envolvidos.

O conceito e os modelos de Desenvolvimento Sustentável implicam uma dupla ênfase que contém elementos contraditórios: por um lado seus defensores investem nos avisos a respeito dos limites do meio ambiente e acerca dos perigos de não respeitá-los, e, por outro, enfatizam as exortações ao avanço determinado em direção da “nova era de crescimento econômico”. O Relatório Brundtland não opta por nenhuma dessas direções. Ele é um texto que pertence ao que alguns chamam de “diplomacia pela terminologia”, na medida em que não significa colocar em cheque nem a posição dos ecologistas, nem a posição dos que defendem a inalterabilidade dos modelos de produção, consumo e do ritmo de crescimento econômico. Esse seu caráter favorece sua utilização no sentido de encobrir práticas questionáveis, oferecendo, sob a aparência de uma política de preservação do meio ambiente, o alibi de que necessitam as operações interessadas de agentes econômicos, buscando sempre o controle de novas áreas e de novas oportunidades de negócios, além de proteger de qualquer possibilidade de alteração o modelo de produção e consumo dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMINO, J. *Naturezas mortas: a filosofia política do ecologismo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

ALTVATER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. et al. *Terra incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ALVIM, P. de T. Depoimento. In: PAVAN, C. (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. São Paulo: Memorial, 1996. v. 2.

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BANCO MUNDIAL. *Uma associação para o progresso do meio-ambiente: o Banco Mundial na América Latina e no Caribe*. Washington: Banco Mundial, 1994.

BARAN, P. A. *A economia política do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARKIN, D. *Riqueza, pobreza y desarrollo sustentable*. México: Jus, 1998.

BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32. n. 2. 1992.

BARRÈRE, M. (Org.). *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, 1992.

BARROW, J. D. *Teorias de tudo: a busca da explicação final*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BARTHOLO Jr., R.; BURSZTYN, M. *Amazônia sustentável: uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020*. Brasília: IBAMA, 1999.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMER, F. L. *O pensamento europeu moderno: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990. v. 2.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: _____.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

_____.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

CASTRO, F. Os danos ao ecossistema global foram consequência dos padrões de desenvolvimento seguidos pelos países mais industrializados. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1992, Rio de Janeiro, *Mensagem de Fidel*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992.

CASTRO, L. A. B. de. *Biodiversidade: conhecimento e poder*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.

_____. *Mecanismos para viabilização no Brasil de um processo de repartição dos benefícios decorrentes da conservação e uso sustentável da biodiversidade: base para o estabelecimento de um programa para o uso sustentável da biodiversidade brasileira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CAVALCANTI, J. S. B. *Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas*. Recife: UFPE, 1996.

_____. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: UFPE, 1999.

CERNEA, M. M. Como os sociólogos vêem o desenvolvimento sustentável. *Finanças & Desenvolvimento*, [S.l.], dez. 1993.

CHISHOLM, A. *Ecologia: uma estratégia para a sobrevivência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

CIVILIZAÇÕES. São Paulo: Ática, 1989. (Entrevistas do Le Monde).

CLAVAL, P. A geopolítica e o desafio do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

COBB Jr., J. B. Uma visão cristã da biodiversidade. In: *Biodiversidade*. WILSON, E. O. (Ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUÉLLAR, J. P. de (Org.). *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.

DALY, H. E. (Org.). *Economía, ecología, ética: ensayos hacia una economía en estado estacionario*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

_____. *A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.

_____. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

_____.; COBB Jr. J. B. *For the common good*. Boston: Beacon Press, 1989.

_____.; _____. *Para el bien común: reorientando la economía hacia la comunidad, el ambiente y un futuro sostenible*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

DECLARAÇÃO do Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 6. n. 15. 1992.

DELAGE, Y.; GOLDSMITH, M. *As teorias da evolução*. Paris: Aillaud e Bertrand; Rio de Janeiro: Francisco Alves, [19--].

DELÉAGE, J-P. Uma ecologia mundo. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

_____. *Histoire de L'écologie: une science de l'homme et de la nature*. Paris: Éditions La Découverte, 1992.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

DIÁLOGO CIENTÍFICO: revista semestral de investigaciones alemanas sobre sociedad, derecho y economia. Tübingem: Instituto de Colaboración Científica, v. 1, n. 1, 1992.

DIÁLOGO XLII: recursos naturales y sostenibilidad agricola. Montevideo: IICA/PROCISUR, 1994.

DOBB, M. *Economia política e capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

DOVER, M. *Paradigmas e princípios ecológicos para agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992.

DUARTE, R. Natureza e técnica em Theodor W. Adorno. *Cadernos de História da Filosofia e da Ciência*, Campinas, v. 6, n. 2, jul./dez. 1996. (Filosofia da Crise Ecológica, Série 3).

DRUMOND, J. A. História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 8, 1991.

ECODECISION. *Revue Environment et Politiques*. Montreal: La Société royale du Canada, n. 1, 1991.

EDUCACION SUPERIOR Y SOCIEDAD. Universidad Medio Ambiente y Desarrollo. Caracas: CRESALC/UNESCO, v. 3, n. 1. ene./jun 1992.

EHRlich, P. R. *O mecanismo da natureza: o mundo vivo à nossa volta e como funciona*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

_____.; EHRlich, A. H. *Extinction*. Nova York: Random House, 1981.

ERIKSSON, Karl-Erik. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ETZIONI, A. *Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973.

FEARNSIDE, P. M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

FENZL, N. O conceito de desenvolvimento sustentável em sistemas abertos. *Poematropic: Pobreza e Meio Ambiente no Trópico Úmido*, Belém, v. 1. n. 1. jan./jun. 1998.

_____. Estudo de parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. In: XIMENES, T. (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

FERREIRA, Leila da C.; FERREIRA, Lúcia. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995. (Coleção Momento).

_____. VIOLA E. J. (Orgs.) *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996.

FOLADORI, G. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. *Ambiente & Sociedad*, Campinas, ano 2, n. 5. 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1997, Rio de Janeiro. *Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92*. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

FURTADO, C. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

_____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASPARIAN, F. *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina: o mito e os fatos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GIACOIA JUNIOR, O. Hans Jonas: o princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a Civilização. *Cadernos de História da Filosofia e da Ciência*, Campinas v. 6, n. 2, jul./dez. 1996. (Filosofia da Crise Ecológica, Série 3,).

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. TURNER, J. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

GLIGO, N. Notas sobre la história ecológica da América Latina. In: GIGLIO, N. *Estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina*. México: Fondo de Cultura, Económica, 1980.

GODARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

NORGAARD, R. Valoração ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

NORGAARD, R. B. O crescimento da economia global de trocas e a perda de diversidade biológica. In: WILSON, E. O. (Org.). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

OSPINA, G. L. Instituciones del conocimiento: estrategias y contenidos. In: PAVAN, C. (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: MMA; São Paulo: Memorial, 1996.

OST, F. Ecologia e direito: qual o diálogo?. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PAIVA, L. H. *Weber e Popper: filosofia das ciências sociais*. Piracicaba: Unimep, 1997.

PAVAN, C. (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: MMA; São Paulo: Memorial, 1996. 3 v.

PEARCE, D. Deforesting the Amazon: toward an economic solution. *Ecodecision: Revue Environnement et Politiques*. Montreal: La Société royale du Canada, n. 1, 1991.

PEDRÃO, F. *Uma introdução à pobreza das nações*. Petrópolis: Vozes, 1991.

PELIZZOLI, M. L. *A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PELT, Jean-Marie. *A natureza reencontrada*. Lisboa: Gradiva, 1990.

PETERS II, R. L. O efeito da mudança climática global sobre as comunidades naturais. In: WILSON, E. O. (Org.). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

PETRAS, J. The metamorphosis of Latin America's intellectuals. *International Journal of Contemporary Sociology*. [S.l.], v. 28. n. 3-4. july./oct. 1991.

Políticas públicas para a Amazônia: rumos, tendências e propostas. São Paulo: Amigos da Terra Internacional/Programa Amazônia; Brasília: GTA, 1997.

PONTES, M. X. PAVÉ, A.(Coord.). *Programme Franco-Bresilien de Cooperation Scientifique Sur l'Amazonie*. Belém: [s.n.], 1995. (Document de travail n. 1, version 2) .

REDCLIFT, M. *Sustainable development: exploring the contradictions*. London: Ronthedge, 1995.

_____. *Wasted-Counting the costs of global consumption*. London: Earthscan Publications, 1996.

_____.; SAGE, C. Global Environmental Change and Global Inequality. *International Sociology*. [S.l.], v. 13. n. 4. dec 1998.

REES, C. Como os ecologistas vêem o desenvolvimento sustentável. *Finanças & Desenvolvimento*. [S.l.], dez. 1993.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REIS, E. P. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

RIBEIRO, A. C. T. Desenvolvimento sustentável: novas redes novos códigos. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. London: Zed Books, 1997.

ROCHA, G. A. Ai de ti, Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 15, 1992.

RODRIGUES, W. A. A cobertura florestal da Amazônia brasileira. In: PAVAN, C. (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: MMA; São Paulo: Memorial, 1996. v. 2.

ROHDE, G. M. *Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. *Texto para Discussão*, Campinas, n. 68, abr. 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. v.1. (Os Pensadores).

RUSSELL, P. Les racines psychologiques de la crise de l'environnement. In: SYMPOSIUM INTERNATIONAL. 1998, Luxembourg. *Santé de l'Homme et Environnement*. Paris: Sang de la terre, 1988.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Desenvolvimento sustentável: cenários futuros em nível global. In: ENCONTRO INTERNACIONAL FORUM BELÉM. 1998, Belém. *Vias de desenvolvimento sustentável: as dimensões do desafio: Anais*. Belém: UFPA/NUMA/POEMA/IDESP, 1998.

_____. Ecodesenvolvimento: 1972-1992. In: MAIMNA. D. (Coord). *Ecologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APED, 1992.

_____. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento sustentável. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 21, 1997.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.